

## POR QUE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO?

*Georges Haupt*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Uma autêntica história do movimento operário, de cunho científico, mas militante, ainda está para ser escrita, pois as histórias antes elaboradas foram apropriadas por organizações institucionais ou escritas por historiadores profissionais que adotaram uma abordagem não militante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento operário. História militante. História social.

**ABSTRACT:** A genuine scientific but militant history of the labor movement remains to be written, because previous histories have been appropriated by institutional organizations or written by professional historians who have taken a non-militant approach.

**KEYWORDS:** Workers movement. Militant history. Social history.

I

Há apenas duas décadas, os historiadores do movimento operário assistiram ao surgimento de uma profunda mudança. Ignorada, negligenciada ou negada, a história operária impôs-se então, a partir das realidades e das forças sociais de nossa época. Ela adentra até mesmo a cidadela até então hermeticamente fechada da universidade. O centenário da A.I.T. já é celebrado

---

<sup>1</sup> HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: François Maspero, 1980. p. 17-44. Yara Aun Khoury (Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Agradecemos às professoras Regina Horta Duarte e Marieta de Moraes Ferreira, da Revista Brasileira de História, a autorização para publicação de "Por que a história do movimento operário?" em História & Perspectivas – O texto pode ser encontrado em *RBH*, v. 5, n. 10, mar./ago. 1985.

em encontros internacionais, sob o patrocínio de instituições acadêmicas. Os historiadores veem nisso a prova de um reconhecimento, se não de uma consagração científica. “Nós a celebramos porque após cem anos [...] a história da A.I.T. atingiu a idade adulta, porque esta história viu reconhecido seu inteiro direito de cidadania no círculo severamente fechado da pesquisa histórica científica”.<sup>2</sup> Toda uma plêiade de pesquisadores, na maioria jovens, atirou-se à empreitada: forjar instrumentos de trabalho, inventariar fontes, redigir bibliografias, editar documentos, elaborar monografias. Institutos especializados aparecem, encontros multiplicam-se. O campo das interrogações amplia-se.

A partir dos anos sessenta, os debates metodológicos colocam em questão o modo tradicional, convencional, de pensar e abordar a história operária. Os trabalhos fundamentais de E.P. Thompson, Eric Hobsbawn, Roland Treppe, Michèle Perrot, para só citar os mais importantes<sup>3</sup> conseguem retirá-la do quadro estreito da história política e ideológica onde havia sido confinada, conseguem dar-lhe uma nova orientação, obrigá-la a explorar novos domínios históricos, a abrir-se para campos teóricos mais vastos. A ênfase muda de lugar. A própria problemática muda. A relação entre história operária e história social tem, doravante, importância fundamental. Em suma: a história do movimento operário, rejuvenescida, vivificada, está hoje em plena transformação.

No entanto, apesar da multiplicação dos livros, dos estudos, das revistas, das teses universitárias, percebe-se inegável mal-estar. É preciso curvar-se diante da evidência. Tendo-se tornado domínio acadêmico, a história operária adquiriu somente

---

<sup>2</sup> ROUGERIE, Jacques. Sur l’histoire de la I<sup>a</sup> Internationale, Bilan d’un colloque et de quelques récents travaux. *Le Mouvement Social*, n. 51, maio/jun., 1965. p. 23.

<sup>3</sup> Refiro-me, sobretudo, a suas principais monografias: E. P. Thompson, *The Makings of the English Working Class*; Eric Hobsbawn, *Labouring Men*; Roland Treppe, *Les Mineurs de Carmaux*; Michèle Perrot, *Les Ouvriers en grève (France, 1871-1890)*.

um lugar secundário na universidade. Quanto às produções universitárias, gozam apenas de fraca audiência entre os militantes operários. Tendo ganho em respeitabilidade terá ela deixado de ser alvo de interesse dos setores de opinião aos quais ela se destina por seu próprio objeto? Ou o movimento operário tornou-se aparentemente indiferente a seu próprio passado? A julgar pelo exemplo da França, a fraca difusão das obras que tratam da história do movimento operário e a receptividade restrita daqueles que deveriam ser diretamente envolvidos (as organizações operárias, os militantes, os jovens) são indícios inegáveis, mas que não permitem resolver a questão. A indiferença para com o movimento operário, a ausência de conhecimento por parte da jovem geração dos militantes, socialistas ou comunistas, ignorantes do passado de seu movimento e de suas tradições ou cansados dos discursos passadistas habituais, são deploradas de várias formas. A necessidade de assimilar toda a experiência de um passado rico, de apropriar-se dela para transmiti-la aos recém-chegados nas filas das organizações operárias, é muitas vezes impetuosamente afirmada. Mas “o mergulho no passado” é ainda sentido como uma necessidade absoluta pelos militantes? Encontram eles, como o fizeram durante quase um século as gerações precedentes, “nos acontecimentos vividos ou relatados, o material de suas certezas”?<sup>4</sup>

O historiador não ignora esta realidade. É por isso que, à questão controvertida de saber como conceber a história do movimento operário, como abordá-lo sob um novo ângulo a fim de inseri-lo na história, juntam-se interrogações que apareceram – segundo a expressão de Lucien Febvre – “na encruzilhada onde todas as influências se recortam e se fundem... na consciência dos homens vivendo em sociedade”.<sup>5</sup> Para quem esta história? Com

---

<sup>4</sup> FONVIEILLE-ALQUIER, François. Le militant et l’Histoire. *Lé Monde*, 10 abr. 1976. p.10.

<sup>5</sup> Cf. FEBVRE, Lucien. Prefácio em: Dolléans, E. *Histoire du mouvement ouvrier*. Paris: Armand Colin, 1937.

que objetivo? A quem e a que ela serve no tocante ao movimento operário?<sup>6</sup>

Podem-se distinguir dois tipos de respostas diametralmente opostas. O primeiro recoloca em questão os limites científicos, teóricos e consequentemente políticos de uma história operária tradicional, que foi praticada durante decênios e não corresponde mais, nem às exigências de uma ciência histórica em plena renovação, nem aos interesses e à sensibilidade das novas gerações de militantes. Ela pode servir ainda à propaganda, mas não ao conhecimento do real. Este discurso histórico não representa qualquer interesse teórico, nem preenche uma função militante. Pois esse tipo de história transmite imagens desbotadas, e oculta os verdadeiros problemas. Ele minimiza as dimensões do mundo operário e o aprisiona em quadros fixos e estáticos. É que seu enfoque não tem como objeto a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido.

Ora essa maneira convencional de conceber a história operária é ainda dominante. Corrigida mas não revista, em suma ela sofreu apenas algumas operações estéticas. Escrita, seja por militantes para militantes, seja por universitários para seus pares, continua a produzir e perpetuar “uma versão esotérica da história”.<sup>7</sup> Se se recusa a ser uma história “vista de cima”, ela se consagra sem discernimento ao estudo das diversas organizações, ou dos grupos muitas vezes marginais, e dispensa-lhes uma atenção e uma importância desproporcionais ao conjunto do assunto. O passado do movimento operário assim miniaturizado em estudos minuciosos, pedantes, privados de toda perspectiva geral,

---

<sup>6</sup> Sobre a iniciativa de Cláudio Pozzoli, editor do *Jahrbuch Arbeiterbewegung*, publicado por Fischer Taschenbuch Verlag, teve lugar uma mesa-redonda em Francfort, em 17 de fevereiro de 1974, onde foram formuladas claramente as bases do problema. Cf. O resumo desse debate publicado sob o título *Zwischen Sozialgeschichte und Legitimationswissenschaft*, *Jahrbuch Arbeiterbewegung*, 2, 1975. p. 267-300.

<sup>7</sup> HOBBSAWN, Eric. Labour History and Ideology. *Journal of Social History*, verão 1974. p. 371 e seguintes.

isolados do seu contexto, suscita apenas um interesse limitado. Esses estudos atingem, a rigor, um círculo restrito de partidários ou de interessados em antiguidades.

Um segundo tipo de respostas torna, em contrapartida, a história universitária e seus objetivos científicos responsável pelo desafeto dos militantes frente ao passado e às tradições do movimento operário. Daí a recusa em massa de toda história que traga o selo dos historiadores profissionais e a reivindicação da volta à saga dos militantes, às boas e velhas narrativas do passado heroico e idealizado:

A história? Mas qual? Certamente não a história asséptica, cuidadosamente pesada, pacientemente dissecada, medida ao milímetro, sem vitalidade por ser constantemente confrontada consigo mesma e com suas fontes, tal como ficou depois que os historiadores por aí passaram. Não! Uma história ainda rica das cores da vida, os vastos afrescos ardentes de paixão, da façanha republicana — um álbum em relevo de imagens de Epinal onde o sangue, o suor, as lágrimas e a pólvora misturam seus ingredientes. Não é mais a história maiúscula, sem dúvida, mas a política do passado, tal como a viveram, tal como a fizeram as gerações de homens cujas esperanças foram apenas ilusões, e que só encontraram a decepção ao final de seus sonhos. Assim vestida, a história permanece a companheira cotidiana do militante.<sup>8</sup>

Tal discurso, sintomático, não despido de bom senso, revela tanto ilusões quanto desconhecimento ou deliberada ignorância de certos problemas fundamentais: a função que as organizações operárias conferem à história e à história do movimento operário em particular. Os historiadores de profissão certamente não são inocentes. Sua produção raramente suscita a emoção dos militantes, nem sempre os faz vibrar. Recusando muitas vezes voluntariamente o discurso vulgarizador, eles nem sempre pecam por uma simpatia desmedida por seu objeto de estudo, quando

---

<sup>8</sup> FONVIEILLE-ALQUIER, François, Op. cit.

não lhe são francamente hostis. Perseguem mais os objetivos de sua função universitária, com as exigências que lhe são próprias, do que buscam uma audiência militante ou popular. Mas tem-se o direito de responsabilizá-los, de fazê-los bodes expiatórios, pelo fato de que seus textos e suas obras não alimentam a sensibilidade histórica dos militantes? Não será antes necessário perguntar-se em que consistem, como funcionam os bloqueios da consciência histórica? Como se poderia superá-los para fazer nascer uma tomada de consciência, uma nova sensibilidade quanto aos problemas do passado?

Uma análise crítica que não seja nem discurso retórico nem discurso passional, mas que busque delimitar as origens do fenômeno, supõe uma dupla articulação. Deve colocar de um lado a produção histórica, de outro lado a memória coletiva, em relação com o modo pelo qual o movimento operário, ou melhor, as organizações que o reinvidicam, se referem à sua própria história, com o uso que dela fazem e com a função política e ideológica que lhe conferem.

Porque não somente o enfoque da história operária, mas também sua leitura, sua difusão, permanecem tributárias de suas origens e de suas tradições historiográficas, do papel que a história do movimento operário representou em seu próprio desenvolvimento, em suas divergências internas, na realização de seus objetivos em constante mudança. É preciso, portanto, lembrar qual foi a matriz da reflexão histórica sobre o movimento operário para compreender, por exemplo, as razões profundas de suas limitações, isto é, sua redução a uma história das ideias, das instituições, dos dirigentes, a uma narrativa conjuntural de sucessos e vitórias, a uma epopeia heroica retocada sem cessar pelas necessidades das disputas ideológicas.

As vicissitudes da historiografia do movimento operário são a esse respeito ricas de significação. Trata-se de uma história a ser feita. Ela é um aspecto da própria história do movimento operário, indispensável para se compreender melhor não só as articulações das lutas ideológicas do passado ou para se definir os debates políticos fundamentais, mas principalmente para

captar uma das dimensões complexas da história do socialismo, a das imagens transmitidas e das realidades escondidas de um partido. É graças a numerosas obras consagradas à história dos partidos ou das Internacionais — entre as quais algumas levam a marca da história oficial — que se perpetuou certa imagem, constantemente retocada, mas profundamente fixada nos temas de referência dos militantes operários e que apareceram, através das polêmicas obstinadas, as representações que tinham de si mesmos os social-democratas, os comunistas, os anarquistas ou os sindicalistas. Por outro lado, é com a ajuda da produção e do discurso histórico “científico” que se operaram, graças a um jogo sutil de luz e sombras, de manipulações de fatos e de textos, o escamoteamento das realidades incômodas e a alteração lenta, mas profunda da memória coletiva. Porque, é preciso dizê-lo, o silêncio, a ocultação, “procedimento favorito do poder” nos dispositivos de controle do passado, não foi e não é monopólio das classes dirigentes.<sup>9</sup> Variam ou diferem apenas os procedimentos de ocultação e os objetivos perseguidos pelos partidos que reivindicam da classe operária, que por sua vez se tornaram organizadores da memória social e detêm um controle muitas vezes sem restrição da consciência do passado.

## II

Em 1960, num momento de conjuntura político-ideológica particularmente estimulante autorizando o otimismo e a esperança de mudanças profundas, Bert Andréas constata com lucidez: “No Ocidente a historiografia operária só alcançou com grandes hesitações um reconhecimento ou mesmo um encorajamento oficial e acadêmico e isto bem recentemente. Mesmo o movimento operário só raramente dispensou à sua própria história e suas exigências científicas mais atenção

---

<sup>9</sup> É a isto que faz alusão, mesmo que ainda não muito pudicamente, CHESNAUX, Jean. *Du passe faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens*. Paris: Maspero, 1976. p. 29.

do que exigiam as necessidades quotidianas da política e da propaganda”.<sup>10</sup>

Ora, paradoxalmente nenhum movimento social experimenta uma tal ligação com sua própria história nem sente tanto a necessidade, o imperativo mesmo de ligar o passado ao presente, quanto o movimento operário. A classe operária considerada como teleológica, tem necessidade da consciência histórica e portanto do conhecimento de seu passado para cumprir sua missão.

O interesse manifestado pela sua própria história aparece com o próprio movimento. Os operários militantes no século XIX tinham uma sensibilidade para a história, uma consciência aguda do alcance histórico de seu movimento. Fizeram sua e repetiram a fórmula do John Jacoby: “Os futuros historiadores da civilização darão mais peso à história da menor associação operária do que ao dia de Sedan”.<sup>11</sup> Nesse período inicial, que se estende até o fim do século, são em parte os militantes que escrevem eles próprios a história de suas organizações: seja para lutar contra as calúnias divulgadas pelos publicistas escritores, “esses pequenos escribas pagos pela classe dirigente”.<sup>12</sup>

Ora, antes que a historiografia operária seja esmagada pelo peso de um passado cujas tendências são primeiro reivindicadas e depois apropriadas pelos partidos e enfim pelos aparelhos de Estado, ela traz já a marca de suas origens. Destinada aos militantes, seja guiados pela paixão da pesquisa e do respeito à verdade histórica, seja motivados por seus compromissos: subordinados às exigências de sua opção ideológica, foram tributários das lutas apaixonadas que dilaceram o movimento operário. A conjunção dessas motivações pesou tanto sobre as obras desde então clássicas que produziram, quanto sobre o futuro de toda história operária.

---

<sup>10</sup> *Annali Istituto Feltrinelli*, 1961, III, p. 689.

<sup>11</sup> Esta frase é citada pelo tipógrafo HILLMANN, Carl. *Die Internationale Arbeiterassoziation (1864-1871). Ihre Geschichte, Programm und Tätigkeit*, retirada do *Correspondent für Deutschlands Buchdrucker und Schriftgiesser*, 1871, p. 5.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 1.



Assim, antes de 1914, os violentos debates em torno da herança da I Internacional e de sua interpretação alimentam as reflexões dos historiadores militantes. As versões bakuninistas (Guillaume, Nettlau) proudhonianas (Puech), marxistas (Jaeckh, Riazanov, Steklov, F. Mehring) nascem no calor da polêmica, muitas vezes submetidas, é verdade à crítica vigilante de testemunhas sobreviventes, ou de historiadores “burgueses” gozando de uma autoridade incontestada, como G. Grünberg, G. Meyer, G. Bourgin. Os “clássicos” da história operária revelam um ofício incontestável, uma erudição considerável e um verdadeiro talento literário. Esposando as polêmicas da A. I. T. (Associação Internacional dos Trabalhadores), eles afiançam, retomam por sua conta os argumentos, os preconceitos, o sistema de justificação de seus protagonistas. O campo histórico reduz-se apenas às dimensões dos litígios ideológicos; e, privilegiando por isso mesmo uma única problemática, seu esclarecimento reduz a história da Internacional a uma disputa em circuito fechado entre teóricos. Em seguida, os discípulos contentaram-se, na maior parte das vezes, em “transcrever as lendas” e em “perpetuar as acusações”, sem ter nem o valor intelectual nem a sinceridade de um Riazanov, de um Guillaume, para não falar da aptidão para utilizar uma documentação inédita de uma riqueza incomparável. Em contrapartida, para se dar uma respeitabilidade científica, esses propagandistas de serviço caíram num academicismo pedante tentando camuflar as manipulações de um discurso histórico onde o único ponto de referência admitido é o ponto de vista do poder.

Consciente de fazer obra militante, a plêiade de historiadores que estava a postos no começo do século XX interrogou-se sobre o fim, sobre os objetivos perseguidos pela história do socialismo. Suas respostas são de interesse inegável. Assim, quando do 40º aniversário da A.I.T. em 1904, justificando seu empreendimento, G. Jaeckh formula desse modo sua preocupação maior e os objetivos perseguidos por um historiador social-democrata: quando uma primeira geração do movimento operário passa o bastão àquela que a sucede e quando esta deve se apropriar da experiência de seus predecessores,

é essencial para o progresso e o sucesso do movimento que os jovens substitutos adquiram um conhecimento íntimo do contexto, com as lutas e vitórias de seus ancestrais espirituais e dos pioneiros, a fim de saber em que terreno histórico se situam e lutam. É por isso que, quando a classe operária celebra dias de lembrança, isto é mais do que um cerimonial, mais do que um ato de devoção histórica; ela o faz num sentido revolucionário, enquanto considera o passado de sua classe à luz universal da história mundial e confronta ao mesmo tempo o caminho que segue com as diretivas que uma geração mais generosa deu outrora ao movimento.<sup>13</sup>

Em si, este postulado não suscita comentários. Como nota Eric Hobsbawn: “É uma função digna dos historiadores a de reconstituir um passado esquecido, estimulante, imperecível”.<sup>14</sup>

A distorção intervém na maneira pela qual esta história-tradição é reconstituída e utilizada, no momento em que substitui a história real e viva por “lendas de partidos enraizados”,<sup>15</sup> e onde o historiador se consagra à produção de mitos, “ad usum delphim”.

As mudanças surgidas no discurso histórico da social-democracia alemã antes de 1914 e do partido bolchevique após a revolução russa são a esse respeito altamente significativas. O recurso à história-tradição é patente e sincero, tanto quanto são ambíguos o modo segundo o qual é feita e o uso que se faz dela. O passado ritualizado recai em última instância sobre o passadismo “este culto reacionário do passado” do qual fala Marx. Ele vai do culto dos heróis, da celebração das vitórias ao escamoteamento de uma herança considerada estorvante. A história do movimento operário erigida em ideologia, didatizada, manipulada, esvaziada de toda seiva pelo uso de uma linguagem estereotipada, desvia-se dessa época e atrofia a memória coletiva de classe operária.

A oposição entre a teoria histórica marxista – o materialismo histórico – e o tipo de história do movimento operário praticado e

---

<sup>13</sup> JAECKH, Gustav. *Die Internationale. Eine Denkschrift zur vierzig jährigen*

<sup>14</sup> HOBSEBAWN, Eric, Op. cit, p. 375

<sup>15</sup> A expressão é de Franz Mehring.

batizado, desde essa época, de exposição de “história do partido” chama a atenção. Recorre-se a um historicismo tradicional, moralizador, fraco e banal, copiado da história das idéias dominantes (*Geistesgeschichte*) e preenchendo as mesmas funções.<sup>16</sup> Fonte de legitimação, a história operária se transforma assim em instrumento de justificação, de autojustificação. Sua função essencial é ideológica: ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação.

Desde então, é a percepção que os partidos operários têm de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos. Controle das fontes, atitude voluntarista frente à história facilitam a tarefa e condicionam o esclarecimento: os fatos que correspondem às versões oficiais são destacados e considerados essenciais, aqueles que as contradizem ou não servem, na presente conjuntura, são considerados marginais e inoportunos. Tal classificação, cujos níveis são intercambiáveis ordena-se em torno de uma invariável: as exigências de uma história utilitarista, podendo servir somente à classe operária, faz-se uma triagem entre os fatos ou documentos destinados a se tornarem públicos. A herança literária de Marx, principalmente, conhecerá ou sofrerá antes de 1914 as leis de tal seleção. Certamente esta prática está ainda num tímido começo. Ela se assume a partir dos anos 20 e, tendo-se tornado dominante, intitula-se “espírito de partido”.

É preciso notar que os guardiães vigilantes das lendas oficiais erigidas em tradição, que perpetua sua institucionalização, foram muitas vezes os “antigos”, os dirigentes mais prestigiosos. Suas lembranças pessoais deviam pesar mais na balança a propósito das questões controvertidas, que o trabalho crítico minucioso e

---

<sup>16</sup> De um modo geral, no campo social-democrata, “uma colaboração convincente entre o principal teórico da história Karl Kaustsky, e os estudos social-democrata especializados da história (*fachwissenschaftlich Geschichtsdarstellungen*) está faltando. Cf. ZORN, Wolfgang. Engagierte und werturteilsfreie Geschiteswissenschaft. In: *Die Funktion der Geschichte in unserer Zeit*, Ernest Killet Verlag, Stuttgart, 1975. p. 76-77.

asséptico dos historiadores. Procedimentos inquietantes contra os quais se eleva um número restrito de historiadores militantes. Trata-se, em primeiro lugar, de Franz Mehring, de estatura, talento, competência teórica e espírito crítico já excepcionais mesmo para a época anterior a 1914. É assim que, a respeito das memórias de Bebel, que se obstina em perpetuar as graves acusações formuladas contra von Schweitzer no momento da polêmica dos anos de 1870, desmentidas depois pela crítica histórica. Franz Mehring, que não hesita em dizer vivamente que “as qualidades do historiador faziam falta ao grande tribuno”<sup>17</sup> constata com malícia: “Memórias devem tornar vivo em nós o homem que as publica, tanto pelo que ele escreveu quanto – muito mais ainda – pela maneira como escreveu. Bebel tem razão de citar a franqueza e a verdade como primeiras exigências do gênero, mas pode-se também brincar com a franqueza e a verdade, como mostram certas memórias célebres”.<sup>18</sup>

Mehring defende e coloca em prática outro conceito da história militante, e por isso mesmo uma outra forma de abordar as relações passado/presente. Ele não recusa o presente como motivação profunda do interesse pela história. Ao contrário, o que rejeita é a projeção, seja do presente sobre o passado ou inversamente. Ele se propõe, através do estudo da história, a compreender, a aprofundar e formular os verdadeiros problemas da atualidade, do presente. Está convencido de que, para o historiador não há escolha possível nem qualquer compromisso entre a exigência do momento e a verdade histórica. Esta última deve prevalecer sobre todos os interesses, sejam eles decretados interesses do partido ou razões de Estado. O historiador da social-democracia alemã considera uma glória para si o fato de nunca ter feito qualquer concessão nem aos “ortodoxos” de Kautsky a Riazanov, nem aos dirigentes do partido, fossem eles Bebel ou Auer, que se obstinaram contra ele. E, 1918, no prefácio de sua

---

<sup>17</sup> Cf. MEHRING, Franz. *Gesammelte Schriften, Aufsätze zur Geschichte der Arbeiterbewegung*, v. IV. Berlim: Dietz Verlag, 1964.

<sup>18</sup> *Ibid.*, v. IV, p. 459.

biografia clássica de Marx, ele desafia uma última vez e sublinha que ele “não havia cedido um só centímetro a seu terrorismo intelectual”, mas que “havia apresentado as relações de Lassalle e de Bakounin com Marx, ignorando totalmente as lendas do partido, seguindo as leis da verdade histórica”.<sup>19</sup> E este marxista consequente não hesita em sua monumental “História da social-democracia alemã” em abalar os preconceitos, em molestar a sensibilidade ou o conformismo tradicionalista dos militantes. Ele concebe ao mesmo tempo o objeto da história e sua utilização como uma reflexão crítica sobre a práxis que é o passado. O aparecimento de sua “História social-democracia alemã”, onde submete os mitos a uma análise crítica, provocou numerosos rumores entre os militantes. Na segunda edição, ele responde e assim define seu caminho e a tarefa do historiador engajado do movimento operário:

Ninguém reconhece tão claramente a justificação subjetiva, o caráter objetivo mesmo inevitável das tradições e das representações do historiador do partido revolucionário; mas ninguém também terá menos direito de salvaguardá-las. Uma narrativa histórica que parasse prudentemente diante de uma lenda, mesmo que ela fosse compreensível e justificada, declararia por si mesmo não ter valor. Mesmo se o partido operário revolucionário fosse submetido ao destino geral dos exércitos combatentes que consiste em forjar suas lendas e seu prestígio, ele não teria necessidade de seguir o célebre conselho de Moltke e cultivar artificialmente essas lendas e esse prestígio, considerando-os como elementos indispensáveis

---

<sup>19</sup> Cf. MEHRING, Franz. *Karl Marx, Geschichte seines Lebens*. Leipzig, 1918. No mesmo prefácio, ele recusa um outro terrorismo intelectual exercido através do estilo imposto: “Toda obra de história é ao mesmo tempo arte e ciência... Não tenho presente na memória quem foi que impediu de girar em torno que teve a gloriosa idéia de afirmar que considerações estéticas não tinham nada a ver no templo da ciência histórica. Mas devo admitir para minha grande vergonha que não odeio a sociedade burguesa tanto quanto a esses pensadores severos que, para dar um golpe em Voltaire, decretaram que a escrita entediante era a única admitida.”

de sua disciplina. O que lhe é indispensável, em contrapartida, é a autocrítica constante: e nesta ordem de idéias, eu creio poder dizer que minha narrativa da história do partido conquistou o direito à existência.<sup>20</sup>

Tal conceito da história operária, engajado e crítico porque se quer militante e não piedoso exercício de hagiografia destinado a perpetuar as convenções admitidas, não durou muito. A versão praticada e aceita pela historiografia, daí por diante oficial, do movimento operário nos anos 1920-1950 é a negação mesma de uma interpretação histórica crítica. Somente alguns historiadores isolados, altamente qualificados, de uma envergadura e de uma cultura científica excepcionais, tais como Arthur Rosenberg – historiadores para quem “o socialismo é mais do que um bronze que ressoa, um guizo que tilinta, ou um meio no curso da corrida”<sup>21</sup> – vão seguir o caminho ingrato do velho mestre e atacar os mitos consagrados, erigidos em dogmas e perpetuados por poderosos aparelhos ideológicos.<sup>22</sup>

### III

O processo de mitologização da história do movimento operário acalentado depois da crise revisionista, encontra desde os anos 20 sua forma institucionalizada. As organizações

---

<sup>20</sup> Notas da 2. ed. De sua *Geschichte der deutschen Sozialdemokratie*, v. I, p. 375 (4. ed.). Sobre as concepções históricas de Franz Mehring, ver GREBING, Helga e KERSTEN, Monika. Franz Mehring. In: *Deutsche Historiker*. Bd. V, Kleine Reihe Vandenhoeck, Göttingen, 1972; assim como os estudos de RAGIONIERI, Ernesto. Franz Mehring. *Studi storici*, I, n. 2, p. 410-420, introdução a F. Mehring, *Vita di Marx*. Rome: Editori Riuniti, 1966. p. XI-XLIII.

<sup>21</sup> A expressão é de MEHRING, Franz. *Geschichte...*, op. cit., v. IV, p. 507.

<sup>22</sup> Arthur Rosenberg formula a exigência de uma história aberta, engajada, não conformista, recusando igualmente o historicismo: ele apela para uma tomada de posição consciente, profissional, mas não ideologizante do historiador que renova a objetividade científica através de uma nova problemática e de um novo aparato científico.

dos partidos políticos reivindicam o direito de representar, de reconstituir e de controlar a memória coletiva do movimento operário do qual eles se julgam ao mesmo tempo os depositários e os legatários. Eles modulam a maneira de conservar, de conceber e de transmitir a história operária.

Com a grande divisão advinda após a queda da II Internacional e que aprofundou a revolução de outubro, a história do movimento operário é definitivamente confiscada por protagonistas hostis e sofre também o peso de suas exigências. “Depois disso a historiografia do movimento operário (socialista ou comunista) é um componente essencial do conflito ideológico entre as diversas facções desse movimento operário”.<sup>23</sup> A história do movimento operário torna-se essencialmente uma arma entre rivais no seio do movimento, serve para justificar esta hostilidade e legitimar as aspirações hegemônicas. Instrumento da polêmica, da propaganda, da educação ideológica, a história diretiva torna-se “ciência de legitimação”, o fundamento mesmo da construção ideológica arquitetada pelo aparelho.

Nesse sistema de discurso histórico, pensando em termos de poder e impregnado de nacionalismo, o Estado saído da revolução é o ponto central da referência. Afinal de contas, o aparelho ideológico não inventa nada, ele compila os modelos existentes e os utiliza para seus fins. A observação de Karl Korsch feita em 1930 a propósito da historiografia da Revolução francesa é bastante sugestiva:

O esquema aplicado por esta historiografia política consiste simplesmente em fazer coincidir a revolução com um resultado político atingido por ela a um certo ponto do desenvolvimento revolucionário, fixado diferentemente pelas diversas facções da historiografia burguesa, isto é, atribuindo tudo ao novo Estado revolucionário que aí se originou, e qualificando a partir desse ponto, para frente ou para trás, todos os partidos, os indivíduos, os acontecimentos, os

---

<sup>23</sup> Relatório de STEINBERG, Hans-Joseph. *jahrbuch der Arbeiterbewegung*, 2, p. 274-275.

conceitos, os desenvolvimentos e as tendências segundo tenham contribuído para o surgimento, ou para o reforço, desse resultado revolucionário ou para combatê-lo, qualificando tudo, partidos, pessoas, acontecimentos etc., positivos e negativos, revolucionários e contra-revolucionários, segundo as palavras da Escritura: “Que sua palavra seja sim-sim, não-não. O que se acrescenta vem do maligno.”<sup>24</sup>

A historiografia stalinista erige a manipulação em sistema, a história projetiva em regra. A história cessa de ser a memória coletiva, o reflexo da práxis acumulada, a soma das experiências vividas pelo movimento operário para tornar-se a coleira que o sufoca, um instrumento essencial da coisificação.

Com a ajuda de falsificações incríveis, calcando aos pés e menosprezando realidades históricas, as mais elementares, o stalinismo metodicamente apagou, mutilou, remodelou o campo do passado para substituí-lo por suas próprias representações, seus mitos, sua autoglorificação. A história do movimento operário internacional se condensa ela também numa coleção de imagens mortas, enganosas, esvaziadas de toda substância, substituídas por cópias alteradas onde mal se reconhece o passado. A função que o stalinismo destina ao que se considera e declara ser a história, e cuja validade será imposta a despeito de toda verossimilhança, exprime um medo profundo da realidade histórica que ele se esforça em mascarar, trincar, deformar sistematicamente para fazer dele o terreno do conformismo e da docilidade. Com a ajuda do passado imaginário, fetichizado, privado de elementos que lembrem a realidade, o poder busca não somente obstruir a visão do real mas obstruir a própria faculdade de percepção. Daí a necessidade permanente de anestésiar, de perverter a memória coletiva, cujo controle se torna total no momento em que o passado se vê sendo tratado como segredo de Estado e é proibido o acesso de documentos.

---

<sup>24</sup> Resumo de KORSCH, Karl. Das Problem Staatseinheit Foederalismus. In: der Französischen Revolution. *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*. XV, 1930. p. 135.



Assim, nos anos vinte, sob o preço de grandes sacrifícios materiais, com uma abnegação exemplar, Riazanov e sua equipe reuniram no mundo inteiro dos documentos espalhados do movimento operário para conservá-los e salvá-los. Ora, os arquivos tornaram-se prisões onde os documentos fechados, inacessíveis, são zelosamente guardados por vigias juramentados. A função designada ao historiador é a de justificar o poder político, de ilustrar as teses elaboradas pelo aparelho ideológico e não a de utilizar os documentos inéditos suscetíveis de clarificar os episódios e os problemas litigiosos do passado. Em 1931, na tristemente célebre carta à redação do jornal “Proletarskaja Revoljucija”, a respeito da discussão aberta pelo estudo de Slouckij sobre as relações entre os bolcheviques e a II Internacional, Stalin ordena sem rodeios: “quem, pois, além dos burocratas incuráveis, pode ter confiança unicamente nos documentos do papel? Quem, pois além dos ratos de arquivos, não compreende que é preciso julgar os partidos e os líderes antes de tudo por seus atos e não por suas “declarações?” Stalin impõe sua versão, os “ratos de arquivos” acabam no “Goulag” (campo de concentração) e os documentos em questão continuam sempre inacessíveis.

O stalinismo pertence ao passado. As contraverdades foram publicamente denunciadas e substituídas por... meias-verdades. A memória coletiva do movimento operário não é mais amnesiada; ela permanece alterada. O “imenso poder de alienação das consciências” exercido pelo stalinismo, os estragos causados, podemos medi-los pelo enraizamento profundo dos estereótipos, falsos-semblantes tornados referências, admitidas bem além do círculo dos militantes pela opinião pública esclarecida. A ponto de as remodelações e as caracterizações sucessivas da história do P. C. U. S. ou do Komintern serem aclamadas como revisões fundamentais de uma visão e de uma prática de história herdadas e assumidas.

Quanto ao uso feito da história do movimento operário a situação não mudou fundamentalmente. Ela continua uma ciência de legitimação. Uma tal prática da história guarda mesmo seus atrativos. Ela continua a causar estragos. Há apenas um decênio,

“nova esquerda” antirreformista e antistalinista, censora severa da história universitária que rejeita como burguesa, apregoava uma atitude “tradicional” para com a história, recaindo nos mesmos trilhos que os stalinistas e os social-democratas enquadrando o passado no mesmo tipo de forma. Assim, os ideólogos da oposição extraparlamentar nos anos 60 na Alemanha, eles também, “se dedicaram a procurar sua legitimidade no passado. Trataram a história como um grande bolo do qual cada um poderia cortar um pedaço segundo seu gosto ou seu “apetite”.<sup>25</sup> Erigida em fonte de legitimidade e utilizada como instrumento de legitimação, a história operária fica como uma espécie de depósito de acessórios, de disfarces, onde cada facção, cada grupúsculo encontra sua referência justificadora, utilizável para as necessidades do momento. Se “o direito à memória coletiva significa direito de definir no passado o que pesa e o que ajuda”,<sup>26</sup> tal “trapézio intelectual” faz com que em nome do “bom senso popular” e da “reflexão coletiva” o exercício hipotético desse direito passe simplesmente de uma minoria a outra. Combater essa prática, denunciá-la com as mesmas armas, recorrendo a um discurso diferente não colocará o passado a serviço do presente. Porque a única retórica, o grito de guerra “contra as referências cheias de armadilhas da história” não porão fim nem à manipulação nem a uma certa prática herdada e desacreditada. Somente os manipuladores vão mudar. Uma história operária a-histórica, sociologizante, tanto quanto o “historicismo pedante”, ou a narrativa historicizante desembocam nas “sempre eternas conclusões pré-fabricadas” e continua a fazer estragos “à esquerda e à extrema esquerda, sobre essas terras onde floresce e refloresce a ilusão”.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> RABEHL, B. *Geschichte und Klassenkampf*. Berlim: Rotbuch Verlag, 1973. p. 5.

<sup>26</sup> Como o afirma CHESNAUX, Jean. Op. cit.

<sup>27</sup> Cf. *Os Cahiers du forum-histoire*, n. 3, junho 1976. p. 20-21.

#### IV

A dimensão internacional do movimento operário foi mais particularmente afetada, a ponto de estudos nesse domínio só se levantarem cambaleando do leito de Procusto onde se encontraram. Eles continuam frágeis do ponto de vista metodológico, incertos em sua filiação. Em nossos dias são pouco numerosos os historiadores sensíveis a uma problemática internacional. Esta dimensão é cada vez mais relegada à categoria de simples decoração ou limitada a um caminho institucional.

Ora uma história operária como um todo não pode abandonar esse terreno, nem cedê-lo para se confinar num mais enganoso brilho nem reduzi-lo a uma forma onde se despejam os protótipos nacionais. A história internacional do movimento operário é em si uma dimensão essencial, complexa e rica, mas também um modo de abordar a evolução do socialismo. Certamente, as dificuldades que o estudo dessa dimensão capital da história operária encontra dizem respeito tanto às incertezas metodológicas, quanto à dimensão e à extrema complexidade do assunto, do qual fizeram seu objetivo, desde o fim do século XIX, os sociólogos atentos ao crescimento e às transformações do socialismo internacional. Assim Durkheim adverte seus ouvintes: “Não se deve considerar o socialismo no abstrato, fora de toda condição de tempo e espaço, é preciso, ao contrário, ligá-lo aos meios sociais onde nasceu, é preciso não submetê-lo a uma discussão, mas fazer sua história, considerá-lo... como uma coisa, como uma realidade, não se bitolar “a determinar sua gênese, mas tentar elucidar por quais transformações passou e quem determinou essas transformações”.<sup>28</sup> Na mesma época, Antonio Labriola, já deplora a dificuldade de abordar o assunto em sua totalidade, vistas suas dimensões e sua riqueza: “A especificidade e a complexidade do movimento operário tornaram-se tais que não há mais doravante um espírito capaz

---

<sup>28</sup> DURKHEIM, Emile. *Le socialisme*. Prefácio de Pierre Birnbaum. Paris: Presses Universitaires de France, 1971. p. 40.

de abarcá-lo em seu conjunto, de compreendê-lo em seus detalhes”.<sup>29</sup>

Para superar as dificuldades, os autores de inúmeras histórias da Internacional ou dos vãos horizontais do socialismo recorreram a soluções que se revelaram artifícios. Primeiro foi a moda das tradicionais histórias das idéias, depois veio o tempo das narrativas dos congressos internacionais e os debates retumbantes de grandes protagonistas sobre a arena internacional. A esse retraimento institucional opõe-se, enfim, um alargamento sem limites exatos sob forma de justaposição dos protótipos nacionais cuja adição supostamente representa a soma, isto é, uma história geral do socialismo.

O campo histórico reflete apenas a própria prática do movimento operário, confirma uma mutação profunda. Se, na origem, o socialismo internacional era o cadinho da reflexão histórica sobre o movimento operário, ele foi reduzido, com a nacionalização dos movimentos, a uma caução indispensável e depois a uma simples referência. O retraimento da reflexão histórica foi a consequência desse desenvolvimento e também tributário da representação que as sucessivas Internacionais se outorgaram. Elas autorizaram a idéia de uma construção piramidal cujo cume representa de alguma forma a Internacional e postulam a existência de uma adequação orgânica entre socialismo internacional e a Internacional. Tal é a imagem que se impõe na consciência de uma época. Assim, para Lucien Febvre, a Internacional operária se apresenta como uma soma “resultante de trocas cada vez mais numerosas de idéias entre os movimentos sociais antes confinados em compartimentos fechados e de ligações cada vez mais estreitas entre as profissões organizadas em cada país”.<sup>30</sup>

Por escorregadelas sucessivas entre a realidade e a

---

<sup>29</sup> LABRIOLA, Antonio. *Essais sur la conception matérialiste de l’histoire*. Paris: Ed. Girard et Briere, 1987. p. 40.

<sup>30</sup> FEBVRE, Lucien. Prefácio em E. Dolléans. *Histoire du mouvement ouvrier*, Op. cit., p. 1.

imagem inicial, uma dupla operação se efetua: 1) a Internacional se substitui, enquanto instituição, ao movimento operário em suas dimensões internacionais; 2) os adversários da corrente dominante, as tendências excluídas das instituições, são empurradas para fora do movimento operário internacional.

A esse respeito, notemos que no início dos anos 1880, seguindo os esforços da A.I.T., os marxistas falam ainda de uma comunidade internacional do socialismo englobando todas as tendências sem discriminação. Eles partem do postulado em que “a liberação da classe operária deve ser obra dos proletários ‘unidos’ de todos os países”, e que “para conduzir com chances de sucesso a luta que empreenderam contra as velhas forças da opressão é preciso, a qualquer preço, que se oponha à poderosa união internacional da reação e do capitalismo, uma união internacional do proletariado, do socialismo, que permitirá que todos os socialistas caminhem lado a lado, sem distinção de língua ou de escola, contra nossos inimigos comuns”.<sup>31</sup>

Dois decênios mais tarde, a linguagem da II Internacional muda: ela torna-se restritiva e abandona uma parte desse postulado. Os anarquistas, os sindicalistas revolucionários estão excluídos daí por diante dessas fileiras e por isso mesmo do movimento internacional.

Quanto à III Internacional, os limites que ela fixa são ainda mais restritos. Só são admitidos sem suas fileiras e, por consequência, considerados como fazendo parte do movimento operário internacional, que ela está disposta a encarnar os partidos que subscrevem os 21 pontos draconianos determinados em 1920 pelo seu II Congresso. A história da Internacional tornou-se, desde 1920, o centro de ásperas lutas ideológicas, no próprio coração das polêmicas que os leninistas opuseram à social-democracia. “A III Internacional segue e cumpre a grande obra começada pela A.I.T.”, declara Lênin. Ele reivindica a herança do glorioso precursor. Essa legitimação histórica é indispensável para fundamentar as aspirações hegemônicas do Komintern

---

<sup>31</sup> *Der Sozialdemokrat*, n. 38, de 19 set. 1880.

e fazer-se reconhecer como a única expressão do movimento internacional. Para chegar aí, era preciso abater a II Internacional, que postulava a continuidade, o desenvolvimento orgânico, e encarnava a herança de meio-século de história operária. Era preciso desacreditá-la, esmagá-la pelo peso do passado que ela reivindicava e retirar-lhe o direito moral de ser a depositária.

Os resíduos dessa polêmica acirrada, suas recaídas ideológicas não facilitam mais a função do historiador que quer ir além das ideias recebidas. As tradições historiográficas tornam particularmente árdua a caminhada. De um lado, o requisitório ficou por muito tempo como análise e autojustificação, substituiu-se ao julgamento histórico. De outro lado, Internacional e movimento operário internacional confundem-se desde os anos 20 no vocabulário político e na prática historiográfica. Identificação abusiva mas cômoda, na medida em que ela permite operar uma série de substituições. É preciso esperar o debate metodológico dos anos 60 para que seja denunciada a confusão entre a história da Internacional e a história do movimento operário internacional, para que seja rejeitada a problemática tradicional, e que surja um relance dos interesses de jovens historiadores por esse domínio essencial negligenciado do socialismo.

## V

Além das vicissitudes da historiografia condicionadas pelas grandes fases de desenvolvimento do próprio movimento, pode-se destacar uma outra constante: o movimento operário organizado é confrontado com uma dupla exigência que comanda uma dupla utilização de sua própria história.

a) *A história do movimento operário enquanto práxis*, quer dizer laboratório de experiências, de derrotas e sucessos, campo de elaboração teórica e estratégica, onde se impõem rigor e exame crítico para fixar a realidade histórica e em conseqüência descobrir suas potencialidades ocultas, para inventar e, portanto, inovar a partir de um momento histórico percebido como experiência. “É uma vantagem que o proletariado consciente tem, em relação a

todos os outros partidos, de poder tirar sem cessar novas forças da história de seu próprio passado, para levar a luta do presente a atingir o novo mundo do futuro” escreve Mehring em 1896 na “New Zeit”.

Mehring retoma em realidade uma tese central de Marx, exposta nas motivações da criação da A. I. T. Tanto no “Discurso inaugural” quanto nos considerandos dos estatutos, Marx assinala que é a experiência de seu passado que ensina aos operários a necessidade de desenvolver a solidariedade e a união entre os operários de todos os países, que para cumprir sua missão histórica, os trabalhadores dispõem, além da força que o número lhes confere, de uma fonte de conhecimento que devem aproveitar: seus erros, a experiência de sua própria história.

O problema do passado enquanto práxis do movimento operário é colocado de modo preciso por Rosa Luxemburgo como premissa de seu caminho após o desmoronamento da II Internacional. Reclamando rever de um modo crítico todo o passado do movimento, cujo 4 de agosto de 1914 (o voto dos créditos de guerra pela S. P. D.) é somente uma sequência lógica, ela assinala: “Não existe um esquema prévio válido uma vez por todas, nem guia infalível para lhe mostrar (ao proletariado) as vias sobre as quais ele deve se engajar. *Ele só tem um mestre, a experiência histórica.* O caminho árduo de sua libertação não é só pavimentado de sofrimentos sem marcos, mas também de erros inumeráveis. Seu fim, sua libertação, ele o atingirá se souber tirar a lição de seus próprios erros”.<sup>32</sup> Ora uma constante atravessa a história do movimento operário. O conhecimento ou o desconhecimento de seu passado real é um fator importante de seu próprio desenvolvimento. O passado, soma das experiências vividas, não se assimila automaticamente, nem tampouco fica fixado espontaneamente na memória coletiva. A exemplo do sindicalismo francês na virada do século, Jacques Juillard constata

---

<sup>32</sup> LUXEMBURG, Rosa. *La Crise de la social-démocratie*, citado segundo Rosa Luxemburg, *Textes*, apresentados por Gilbert Badia. Paris: Ed. Sociales, 1969. p. 194-195. Nós é que sublinhamos.

a amnésia de que sofre a classe operária e suas consequências. “A ausência de memória coletiva, a ausência de saber cumulativo continuam a marcar a condição operária, constringendo cada geração a partir praticamente do zero e a percorrer por sua vez as etapas pelas quais já haviam passado seus antepassados”.<sup>33</sup> A história mais recente nos fornece ilustrações ainda mais eloquentes. Basta citar o exemplo do movimento operário alemão contemporâneo ou ainda o do pós-stalinismo na U. R. S. S., para medir de uma só vez as dimensões e as consequências do desaparecimento da memória coletiva devido à recusa em assumir a herança ou simplesmente a história. Essas circunstâncias explicam, num sentido amplo, que não tenhamos ainda uma história da III Internacional digna desse nome, que a história do stalinismo continue a de um processo jamais instruído e, no entanto, declarado fechado. As semiverdades admitidas e repetidas dizem mais sobre a atitude dos partidos que se querem marxistas-lenistas face ao passado, de onde tiram sua origem, do que o silêncio e as elocubrações. É que a história é um terreno explosivo, na medida em que a realidade dos fatos ou as experiências de um passado muitas vezes escamoteado são suscetíveis de recolocar em questão toda pretensão à representação única da classe operária. Pois a história do mundo operário toca o fundamento ideológico sobre o qual se apóiam todos os partidos com vocação de vanguarda para manter suas pretensões hegemônicas.

b) *A história enquanto tradição.* Aqui podemos distinguir dois tipos de problemas: o primeiro é ligado à transmissão do passado, o segundo à utilização que foi feita dele. A transmissão das tradições produz-se de modo variado, segundo a importância que se dá ao mesmo tempo a história e ao papel atribuído às tradições.

A atitude de diversas correntes do movimento operário para com sua história e suas tradições é em si reveladora. Assim, no

---

<sup>33</sup> JUIILLARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris: Le Seuil 1974. p. 57.



momento da crise revisionista, Bernstein compreende o peso considerável da tradição na social-democracia alemã, no momento em que se trata de apreciar os fatos e as ideias. Se os ortodoxos fixam essa tradição em dogma e perpetuam os mitos com o poder e a inconveniência de que ele comporta, os revisionistas, ao contrário, buscam aboli-la enquanto obstáculo grave, para “se adaptar às realidades”. Bernstein assinala: “A revisão à qual deveremos proceder só terá significação prática se pararmos de atribuir à tradição um lugar desmesurado ou se perdermos o hábito de nos referirmos continuamente às lutas do passado”.<sup>34</sup> Mas o papel da tradição no movimento operário, a vontade deste de ligar-se à sua própria história não poderiam ser julgados através das manipulações dos ortodoxos, para quem a tradição tornou-se um depósito de verdades feitas, portanto, um fator conservador, nem através dos julgamentos dos revisionistas que, atacando as proezas do passado, desejam com isso apagar aquilo que o movimento tem de essencial: sua identidade. A tradição mantida, transmitida é ao mesmo tempo um elemento de coesão de grupo e um elemento de continuidade, um fator mobilizador e uma fonte viva que alimenta a memória coletiva e a consciência da classe. Ela assume uma função crucial nas viradas históricas. Rosa Luxemburgo, em janeiro de 1918, aplaudindo o aparecimento da biografia de Karl Marx, por Mehring, assinala: “Não se pode neste momento oferecer nada mais bonito para as massas para lembrar-lhe suas melhores tradições”.<sup>35</sup> Ela fustiga durante a guerra o “pântano”, os centristas que confundem tradição com passadismo e guardam só “uma lembrança nostálgica dos tempos felizes quando não era vergonhoso chamar-se social-democrata alemã”.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> BERNSTEIN, Edouard. *Lês pré-supposés du socialisme*. Paris: Le Seuil, 1974. p. 57.

<sup>35</sup> Carta a Mehring de 28 jun. 1918 em LUXEMBURG, Rosa. *J'étais je suis, se serai*: Correspondance 1914-1919, preparado sob a direção de Georges Haupt, por Gilbert Badia, Irene Petit e Claude Weill. Paris: Maspero, 1977. p. 347.

<sup>36</sup> Carta a Mehring de 30 dez. 1917, *ibid.*, nota 90.

Procura-se escamotear o passado, ou ao contrário, situá-lo no centro mesmo das reflexões e das referências críticas? O passado é empregado como fonte de legitimidade, de justificação e de argumentação ideológica, ou concebido como proposta de mobilização e de coesão coletiva? Esta alternativa define a função que se dá à tradição. No primeiro caso, o apelo à memória é seletivo e a utilização da história é por consequência submetida aos imperativos de uma conjuntura dada. No segundo caso, a redescoberta ou o emprego da experiência histórica passa pela mediação dos problemas do presente, sem que o conjunto das realidades históricas seja por isso escamoteada. Dois ângulos de aproximação diferentes, mesmo se a confusão é fácil. A história-praxis e a história-tradição são dois eixos constantes entrecruzados, complementares ou contraditórios por suas exigências, que a história tradicional, institucional e política, dita história do partido, parecia poder resolver por uma limpeza da fachada ideológica.

## VI

A ilusão de poder superar essas contradições é tenaz, mesmo se sofreu cruéis desmentidos e se teve consequências desastrosas. No entanto, os historiadores militantes, eles próprios engajados, deram o alarme. A história do movimento operário transfigurada, reduzida ao papel de auxiliar da ideologia, confunde mais do que esclarece, atrapalha mais do que presta serviço. Porque assim se encontram dissimuladas a substância do movimento histórico e a possibilidade de seu conhecimento e, pois, de seu controle: o desenvolvimento e o deslocamento das contradições de classe, as transformações sociais e as mudanças sócio-profissionais que se operam no seio da classe e do movimento operário após as transformações estruturais e tecnológicas da sociedade capitalista, as mudanças operadas no processo objetivo de enfrentamento das forças sociais, seus efeitos políticos, ideológicos, sociais e seu entrelaçamento em diversos níveis da luta operária, as permanências e as rupturas

que daí resultam. Somente o conhecimento lúcido e global do passado do “movimento real”, para empregar o termo de Marx, permite, em última instância, compreender a natureza e o alcance da intervenção dos partidos operários, no processo histórico do qual eles participam, graças ao qual eles exercem uma ação sobre o curso do movimento que condiciona as modalidades de sua intervenção, as relações com as forças sociais, sua audiência ou seus impasses, e que determina as formas que suas ações tiveram de se revestir. Como observa Mehring a respeito da I Internacional, “a classe operária moderna luta em condições que lhe foram impostas pelo desenvolvimento histórico, portanto em condições que ela não pode derrubar um golpe, mas que só pode ultrapassar pela compreensão no sentido hegeliano do termo: compreender é ultrapassar”.<sup>37</sup> Sua reflexão sobre a história é a da sua própria identidade.

Assumi-la inteiramente ou se distanciar, com a ajuda da seleção dos fatos ou da colocação entre parênteses dos momentos incômodos vem, em última instância, colocar o problema fundamental da capacidade de exercer uma autocrítica abordando de frente seu próprio passado ou continuar a ocultá-lo e por isso mesmo a hipertrofiar a memória coletiva.

Ora, para que a história seja compreendida ou para que o apelo de Gramsci para “retomar posse de nossa própria memória como processo histórico que se desenvolveu até aqui”, seja entendido e realizado, não basta abandonar uma prática da história envelhecida, obsoleta ou comprometida. Apagar os apriorismos e os estereótipos, recusar de caucionar as contraverdades é só um paliativo, ou quando muito um primeiro passo. Do mesmo modo que a mudança das relações entre passado e presente, entre política e pesquisas históricas, não poderia ser reduzida a uma máquina de guerra contra a instituição histórica oficial e afundada nas retóricas da moda. As dimensões teóricas de uma tomada de conhecimento do passado enquanto práxis vivida são consideráveis, sem falar de

---

<sup>37</sup> MEHRING, Franz. *Geschichte...*, Op. cit., v. IV, p. 359.

seu alcance político. Oskar Negt formula os dados partindo da questão: de que modo e em que condições se apresenta para uma classe a necessidade de escrever sua história sob nova forma? Para ele, “o problema essencial é de retornar à frase de Lukács: tratar o presente como um problema de história. O que significa: a história não designa somente uma forma de futuro. A história significa, portanto, antes de qualquer outra coisa, uma intervenção consciente nas tendências históricas, no plano prático e político, mas também para uma análise apropriada dessas tendências que são os pontos nodais de encontro do presente, do passado e do futuro”.<sup>38</sup> A questão fundamental que a história do movimento operário coloca é, portanto, acreditar ou saber (isto é, compreender para agir), perpetuar os credos do século XIX, ou ousar repensar as premissas que se tornaram axiomas: em que medida a classe operária continua uma classe teleológica investida de uma missão histórica?

## VII

Mesmo que a herança seja pesada e que continue a pesar sobre a história operária, hipotecas — e não pequenas — foram levantadas graças a um contexto sensivelmente modificado. “O academismo crescente da história operária corrigiu certos preconceitos da história operária tradicional e a conjuntura política movendo-se para a esquerda corrigiu outros”,<sup>39</sup> constata Eric Hobsbawm. Não tenho qualquer intenção de advogar em causa própria, de vangloriar os méritos ou de fustigar os defeitos da história dita universitária, acadêmica, tão violentamente acusada por procuradores mais ou menos objetivos ou qualificados. Processo tão mais fácil de instruir que ninguém tem a intenção de ganhá-lo. Por enquanto ele se parece mais com um ajuste de contas, de velhas contas. O que se reprova no “Movimento Social”, revista que desempenhou um papel considerável nessa

---

<sup>38</sup> Relatório Oskar Negt, em *Jahrbuch der Arbeiterbewegung*. 2, p. 277-278.

<sup>39</sup> HOBBSAWN, Eric, Op. cit., p. 274.

transformação, é estar na vanguarda da pesquisa, é “trabalhar conforme os critérios do discurso profissional dos historiadores: miragem do quantitativo, monografias eruditas, prioridade da documentação sobre os problemas”, para afirmar em seguida que “os explorados, os camponeses, os operários, são por sua vez tragados pela máquina universitária, por intermédio daqueles que escolheram fazer sua especialidade segundo as regras da domiciliação profissional colocadas pela instituição”.<sup>40</sup>

Este tipo de discurso corresponde, sobretudo, a elãs panfletários, a busca de um efeito, do que a uma reflexão fundada sobre o conhecimento e sobre a análise dos fatos. Antes foram o rigor e as exigências universitárias que souberam criar uma contracorrente, fazer prevalecer um outro modo de compreender, de abordar e realizar uma nova história operária.

Em seguida – e uma simples leitura das obras pode vencer os espíritos críticos desde que estejam de boa fé – a “literatura dos professores” não parece mais, em nossos dias, como ocorria na Alemanha, na virada do século, no domínio da história do movimento operário, um “romance barato”, segundo os termos de Mehring, mesmo se o preconceito e o espírito partidário se infiltrarem e se travestiram igualmente sob roupagem acadêmicas.

Enfim, se a história tradicional, ultrapassada, comprometida, continua dominante, isso não impede doravante uma tomada de consciência lúcida. Os historiadores do movimento operário indiferentes ao local de onde se falam, se questionam. Porque, mesmo para aqueles que continuam a praticar uma história tradicional, torna-se mais ou menos evidente que um tal enfoque, uma problemática assim circunscrita, é suscetível de atenuar o mal orgânico herdado, mas não extirpá-lo. O mal-estar — do qual os partidários da “socialização do saber histórico” são de alguma forma os porta-vozes — é também a expressão de um processo de transformação, do processo de percepção pelos historiadores de um novo conceito da função histórica do movimento operário e de uma nova estratégia da pesquisa. Uma certeza aparece,

---

<sup>40</sup> CHESNAUX, Jean, op. cit., p.140

mesmo se as modalidades, até mesmo a finalidade, continuam ainda assunto de controvérsias ou função das opções ideológicas conflitantes. Colocar fim à hipertrofia da história ideológica, esgotar essa montagem dos acontecimentos à qual se presta a chamada histórica do partido, fazer saltar essas trancas não são mais que requisitos indispensáveis certamente, mas insuficientes. Para poder ultrapassar a história das superfícies é preciso engajar-se em novos caminhos, abertos, em parte, pelas ciências sociais. “Incumbência certamente difícil”, como o constata Michèle Perrot (cuja obra nos fornece o exemplo do modo de superar a dificuldade). Porque a história é “uma disciplina dividida, incerta, espremida entre várias linguagens, solicitada por diversos métodos, perseguida por tantas perguntas, engajada na perseguição infernal de um real que a obceca e foge dela”.<sup>41</sup> O confronto entre a história tradicional e a história operária decididamente social não é simplesmente uma discussão acadêmica estéril, um debate metodológico abstrato. Trata-se do combate por uma história operária nova e vai muito além do saber histórico. Sacrificar, por considerações ideológicas ou por rotina, o estudo de uma realidade multiforme, complexa e rica é o mesmo que sacrificar o essencial da história do movimento operário, o conhecimento de sua experiência duramente adquirida do qual ele continua ainda privado.

---

<sup>41</sup> PERROT, Michele. *Les ouvriers em greve* (France, 1871-1890). Paris: Mouton, 1974. v. II, p. IV.